Vencimento Básico ……R$940,92
Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – 20% ……R$188,18
Gratificação de Interiorização – 25% ……R$235,23
Total ……R$1.364,33

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos da inatividade, independentemente de nova decisão deste Tribunal.

Salvador, 20 de setembro de 2018

Sérgio Spector
Auditor Substituto de Conselheiro

Tomei conhecimento

Erika de Oliveira Almeida
Representante do Ministério Público de Contas

Processo: TCE/004936/2011
Natureza: Aposentadoria
Origem: Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC)
Servidor: Iramaia Menezes da Silva Sousa
Relator: Cons. Pedro Lino

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº: 001247/2018

EMENTA: Aposentadoria Voluntária com Proventos Proporcionais aos 32 anos e 39 dias de Serviço. Ato Conforme a Lei.

Vistos, etc.

Considerando o disposto na Resolução nº 043, de 18/04/2017, que alterou o Regimento Interno deste TCE, e após apreciação para fins de registro, **reconheço a legalidade** da Portaria 2578, de 13/11/2009, publicada no D.O.E de 14 e 15/06/2018, retirratificada pelo Secretário da Administração por meio da Portaria 1480, de 15/06/2018, publicada no D.O.E de 16/06/2018, que aposentou a servidora **Iramaia Menezes da Silva Sousa**, **cadastro nº 11.143.381-9**, Professora sob o regime de 20 h, Classe A, Nível 1, do quadro da **Secretaria da Educação do Estado da Bahia**, a partir da data de publicação do ato aposentador original supramencionado.

Quanto aos proventos de inatividade, acolho a composição de proventos fixada pelo Órgão de origem abaixo detalhada:

Composição dos Proventos de Inatividade	
Vencimento	R$800,61
Total	**R$800,61**

Valor por extenso (oitocentos reais e sessenta e um centavos).
Obs.1: cálculo dos proventos pela média das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor, regulamentada pela Lei 10887/04, com dedução de 5% correspondente a R$42,13, conforme parecer de ref. 2046301-109/110.
Fundamentação Legal: art. 2º, caput, I e III, "a" e "b", § 1º e 4º da EC 41/03.

As melhorias posteriores à data da aposentadoria deverão ser incorporadas aos proventos da inatividade, independentemente de nova decisão deste Tribunal.

Salvador, 21 de setembro de 2018

Cons. Pedro Lino
Conselheiro Relator

Tomei conhecimento

Erika de Oliveira Almeida
Representante do Ministério Público de Contas

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRESIDÊNCIA

ATO Nº189, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, faz publicar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2018, detalhado na forma do anexo I.

GILDÁSIO PENEDO FILHO
Conselheiro-Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

RGF – Anexo 1, (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)				
	LIQUIDADAS				
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.004.428,33	20.581.193,24	21.287.974,11	48.824.844,43	20.315.372,61
Pessoal Ativo (2)	12.999.086,81	13.522.399,68	14.026.622,52	38.737.471,55	13.365.762,64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.612.977,75	11.056.313,70	11.544.266,37	33.502.517,58	11.169.175,61
Obrigações Patronais	2.386.109,06	2.466.085,98	2.482.356,15	5.234.953,97	2.196.587,03
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.005.341,52	7.058.793,56	7.261.351,59	10.087.372,88	6.949.609,97
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.254.944,50	6.266.618,19	6.416.498,99	9.004.339,65	6.136.140,04
Pensões	750.397,02	792.175,37	844.852,60	1.083.033,23	813.469,93
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**5.994.851,16**	**6.088.543,17**	**6.733.213,61**	**10.949.568,80**	**3.540.795,85**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	248,04	460.348,72	3.404.704,18	2.071,07
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	36.220,23	30.293,35	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.994.851,16	6.052.074,90	6.242.571,54	7.544.864,62	3.538.724,78
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I -II)	14.009.577,17	14.492.650,07	14.554.760,50	37.875.275,63	16.774.576,76

R$1,00 Continuação

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)				
	LIQUIDADAS				
DESPESA COM PESSOAL	**FEV/2018**	**MAR/2018**	**ABR/2018**	**MAI/2018**	**JUN/2018**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.538.282,68	20.587.268,24	20.830.299,31	22.998.830,66	21.447.144,42
Pessoal Ativo (2)	13.594.392,01	13.551.956,73	13.685.611,19	16.041.499,09	14.393.566,15
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.118.297,91	11.060.304,23	11.202.562,67	13.567.684,15	11.803.823,66
Obrigações Patronais	2.476.094,10	2.491.652,50	2.483.048,52	2.473.814,94	2.589.742,49
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.943.890,67	7.035.311,51	7.144.688,12	6.957.331,57	7.053.578,27
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.155.211,40	6.272.775,87	6.378.895,89	6.200.703,20	6.294.456,64
Pensões	788.679,27	762.535,64	765.792,23	756.628,37	759.121,63
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**3.968.056,55**	**3.514.381,76**	**3.062.537,45**	**3.493.472,67**	**3.774.848,65**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	636,48	0,00	0,00	121.352,64

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	1.658,21	18.101,54	11.619,57	663,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.968.056,55	3.512.087,07	3.044.435,91	3.489.196,26	3.653.496,01
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I -II)	16.570.226,13	17.072.886,48	17.767.761,86	19.505.357,99	17.672.295,77

R$1,00 Continuação

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)

LIQUIDADAS

DESPESA COM PESSOAL	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.131.408,54	20.913.285,36	279.460.331,93	
Pessoal Ativo (2)	14.005.111,27	13.862.705,59	191.786.185,23	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.456.170,40	11.339.996,16	159.434.090,19	
Obrigações Patronais	2.548.940,87	2.522.709,43	32.352.095,04	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.126.297,27	7.050.579,77	87.674.146,70	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.356.012,31	6.273.792,54	78.010.389,22	
Pensões	770.284,96	776.787,23	9.663.757,48	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**3.735.162,09**	**3.553.246,10**	**58.408.677,86**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	167.969,47	0,00	4.157.330,60	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	10.039,28	0,00	108.595,57	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.561.751,69	3.553.246,10	54.155.356,59	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I -II)	17.396.246,45	17.360.039,26	221.039.049,17	

R$1,00 Continuação

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**30.930.200.467,33**	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166 da CF)	**35.690.808,85**	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	**30.894.509.658,48**	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	**221.039.049,17**	**0,72**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (0,90%)	**278.050.586,93**	**0,90**
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único, art. 22 da LRF) – (0,86%)	**264.148.057,58**	**0,86**
LIMITE DE ALERTA (X) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (0,81%)	**250.245.528,24**	**0,81**

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/DICOP
Nota: 1)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas, são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) No item Despesa Bruta com Pessoal, na rubrica Pessoal Ativo, originalmente computada no valor de R$204.136.182,60, foi excluído o valor referente a Abono Pecuniário de Férias (R$7.447.569,07) e Abono Permanência (R$4.902.428,30), parcelas dedutíveis legalmente por força da Resolução nº031/2016 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, publicada no e-DOE/TCE, em 04/05/2016;
3) Relatório elaborado com base na LC 101, art.55, inciso I, alínea “a” e art. 101 da Lei 13.727/2017.

GILDÁSIO PENEDO FILHO
Conselheiro Presidente

DANIELA COUTO SILVA GOMES
Chefe da Coordenação de Contabilidade

VALTER LUZ ALMEIDA
Diretor Administrativo e Financeiro

MORGANA BELLAZZI DE CARVALHO
Chefe da Auditoria Interna

COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Resumo de Publicação no D.O Eletrônico de 26/09/2018
*Republicado por haver saído com incorreção,

*Processo nº TCE/006934/2018 - Interessado: **CLAUDIO FUCS NERY**
Assunto: Gozo de Licença-prêmio - 24/09/2018 a 01/11/2018 - **DEFERIDO**

A marca do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE) é composta de dois triângulos encerrados por barras horizontais. A distribuição das figuras geométricas sugere a simetria de uma balança, símbolo da justiça, e, por que não dizer, do equilíbrio orçamentário e das contas públicas. As barras representam o papel fiscalizador do TCE, órgão auxiliar, para fins de controle externo, do Poder Legislativo.